

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 124

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Sérgio Spada
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Edno Guimarães
PST Divanir Braz Palma
PL Serafina Carrilho
PSB Moysés Leônidas

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 085ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE SETEMBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PPB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2924

Senhor Presidente:

Segundo o parecer exarado pelo Procurador Geral da Assembléia Legislativa, Dr. Ayrton Costa Loyola, o

Projeto de Decreto Legislativo que convoca consulta plebiscitária acerca da privatização da Copel apresenta vício insanável, posto que na sua opinião deveria ter sido convocado referendo.

O parecer apresenta grave equívoco, em função do disposto na Lei nº 9.709/98.

Segundo a lei federal, plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo sobre matéria de acentuada relevância de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

Art. 2º - Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

Assim, depreende-se que a própria lei distingue que matérias de natureza legislativa e administrativa não possuem a mesma natureza jurídica, possuindo objetos distintos.

A Lei 9.709/98 estabelece que o plebiscito deve ser convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo.

§ 1º - O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

O ato administrativo a que se refere o projeto de Decreto Legislativo, qual seja: o leilão do controle acionário da Copel por parte do Governo do Estado do Paraná, ainda não aconteceu, pelo que respeitado o requisito da anterioridade previsto na Lei nº 9.709/98.

Destaca-se que o leilão é modalidade de licitação previsto no artigo 22, inciso V, da Lei nº 8.666/93, sendo ato administrativo por excelência.

O Decreto Legislativo convoca plebiscito para que o eleitorado paranaense decida se o Estado do Paraná pode ou não vender suas ações além do limite que implique em perda do controle acionário da companhia, ou seja, o eleitorado vai decidir se pode ou não ocorrer o leilão da Copel.

Todavia, o parecer aduz que deveria ser convocado referendo a respeito do contido na Lei nº 12.355/98 que autorizou a venda de ações da Copel.

Nestes termos depreende-se, que o parecer leva em conta apenas a existência do ato legislativo, desconsiderando totalmente que o plebiscito também pode ser convocado antes do ato administrativo, que no caso em epígrafe, ainda não ocorreu.

Há que se destacar que o referendo à Lei nº 12.355/98, não possui condições de ser realizado, tendo em vista que a Lei nº 9.709/98 estabelece em seu artigo 11, um prazo para sua convocação, qual seja: trinta dias a contar da promulgação da lei.

Art. 11 - O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

Por fim, há que se destacar que o arquivamento do Projeto de Decreto Legislativo em função da existência

do Projeto de Resolução nº 06/2000, já arquivado não merece prosperar.

O artigo 127 do Regimento Interno desta Casa assim dispõe:

“Art. 127 - As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador”.

Destaca-se que o Projeto de Resolução nº 06/2000 sequer foi objeto de parecer pelas Comissões desta Casa, não tendo sido apreciado pelo Plenário, não se enquadrando no contido no artigo 127, do Regimento Interno.

Com efeito, denota-se o total equívoco do parecer apresentado pelo douto Procurador Geral.

Assim espero o acatamento desta douta Presidência para o normal trâmite do projeto de Decreto Legislativo propondo o plebiscito para a venda da Copel.

Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2925

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Art. 129, Parágrafo Único, I, do Regimento Interno desta Casa de Leis, respeitosa-mente, REQUER providências desta presidência, para que forneça cópia autenticada pelos departamentos competentes, dos seguintes documentos.

01. Cópia do parecer emitido pela Diretoria Legislativa sobre o projeto de decreto legislativo que dispõe sobre a realização de consulta plebiscitária, para que a população do Estado decida sobre a venda da Companhia Paranaense de Energia (Copel);

02. Cópia do parecer emitido pela Procuradoria Geral desta Casa sobre o projeto de decreto legislativo que dispõe sobre a realização de consulta plebiscitária, para que a população do Estado decida sobre a venda da Companhia Paranaense de Energia (Copel);

03. Certidão narrando em quais Comissões Permanentes foi discutido e votado o Projeto de Resolução nº 006/2000, que teve sua tramitação encerrada, mediante solicitação de arquivamento pelo autor da propositura.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2902

Senhor presidente:

O deputado que este subscreve, nos termos do Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Laertes Batista Leal, comerciante e membro de uma família tradicional do

município de Ortigueira, ocorrido no último 11 de setembro.

Deixa a esposa Solange Torres Leal e os filhos: Heraldo Leal e Lismery Leal.

Requer ainda, que da manifestação desta Casa seja dado ciência à família enlutada, na Avenida Barbosa de Macedo, s/n, município de Ortigueira, neste Estado.

Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - O servidor desta Casa que preencher os requisitos do parágrafo 1º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, combinado com o artigo 4º, da Lei Federal nº 9.783, de 29 de janeiro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 29 de janeiro de 1999, e por força do artigo 24, item XII, parágrafo 4º, da Constituição Federal, fica isento, ex-offício, de desconto da contribuição previdenciária instituída pelo artigo 78, da Lei estadual nº 12.398/98, a partir de 1º de abril de 1999, enquanto permanecer em atividade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogando o Decreto Legislativo nº 378/99 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Graças aos movimentos constantes das idéias, o servidor público tem agora o seu lugar marcado na sociedade. Nem poderia ser de outra forma. Todavia, apesar das teorias filosóficas e dos esforços dos superiores, a luta do servidor, por melhor compreensão de seus serviços ainda continua, e o mal-estar que se nota nos meios do funcionalismo, pela baixa remuneração que ainda persiste.

O § 1º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998, combinado com o Artigo da 4º da Lei Federal nº 9.783, de 29 de janeiro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 29 de janeiro de 1999, e por força do artigo 24, item XII, parágrafo 4º da Constituição Federal, xerocópias em anexo), isenta, ex-offício, do desconto da contribuição instituída pelo artigo 78 da Lei Estadual nº 12.398/98.

Temos exemplos como Protocolo nº 2.976/99 de 14 de maio de 1999 do Exmo. Sr. Desembargador, Sydney Dietrich Zappa, presidente do Tribunal de Justiça e Ofício nº 137/99, -D.R.H. de 30 de junho de 1999, do senhor Diretor Geral dos Tribunais de Contas (xerox em anexo).

Assim sendo, esperamos a aprovação deste projeto de resolução para sanar de uma vez por todos os anseios de servidores deste Poder Legislativo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 429/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado, de Utilidade Pública a Associação Santo Inácio de Loyola, da cidade de Sertanópolis do Iguaçu

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa dotar a entidade de condições legais que valorizem ainda mais as suas atividades, considerando sua importância no contexto social da comunidade.

Fundada em 15 de abril de 1999, tem sua sede na cidade de Sertanópolis do Iguaçu, no Oeste do Paraná, tendo como finalidades fundamentais:

- a) - promover a união e o bom relacionamento entre os associados e todas as pessoas necessitadas;
- b) - Promover e patrocinar reuniões de caráter religioso, social, cultural e filantrópico;
- c) - Promover, estimular e cooperar nos estudos bíblicos, desenvolvimento espiritual e mediúnico;
- d) - Despertar as pessoas o valor da fé e da oração;
- e) - A dedicação ao estudo, à prática e a divulgação da doutrina de Cristo como filosofia, ciência e religião;
- f) - A prática da caridade, sem quaisquer preconceitos;
- g) - Prover a reunião de médiuns na fé, oração e corrente mediúnica;
- h) - Incentivar e promover a fitoterapia, como alternativa, produzindo ervas medicinais e educando e instruindo as pessoas sobre a utilização de chás artesanais;
- i) - Proteção e assistência à criança, adolescente e idoso.

PROJETO DE LEI Nº 430/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova, da cidade de Matelândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa dotar a entidade de condições legais que valorizem ainda mais as suas atividades, considerando sua importância no contexto social da comunidade.

Fundado em 17 de outubro de 1975, o Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova tem sua sede e foro na cidade de Matelândia, no Oeste do Paraná, tendo como finalidades fundamentais:

- a) Cultuar as tradições do Sul do País, no que concerne à história, costume e folclore, etc;
- b) Divulgar a sua ação tradicionalista pelos municípios e Estados vizinhos, e, sempre que possível em todo o território nacional, e, no estrangeiro;
- c) Promover, através de seu Departamento Artístico-Cultural, representações artísticas culturais, quando oportuno e a critério da diretoria, esforçando-se sempre por exhibir números e espetáculos que evocam as tradições;
- d) Cooperar com as autoridades constituídas em poder dos movimentos de brasilidade;
- e) Respeitar a Constituição Federal e legislação do País.

PROJETO DE LEI Nº 431/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam introduzidas as alterações constantes desta lei na legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Art. 2º - Art. 2º - Poderá o estabelecimento que realizar a industrialização de leite, ou o que tenha encomendado a industrialização, em substituição ao aproveitamento normal de créditos, optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% sobre o valor das subseqüentes operações de saídas interestaduais dos produtos resultantes da industrialização.

§ 1º - O crédito correspondente ao percentual referido no "caput" deste artigo:

a) será feito sem prejuízo daquele relativo à entrada, na proporção das saídas em operações interestaduais, de:

1. leite, inclusive em pó, originário de outro Estado;
2. energia elétrica ou óleo combustível utilizados no processo industrial;

b) condiciona-se que a operação de saída seja tributada ou, não o sendo, haja expressa autorização para que o crédito seja mantido.

§ 2º - A opção de que trata o *caput*:

a) deverá ser declarada em termo no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e termos de Ocorrências, devendo a renúncia a ela ser objeto de novo termo, termos esses que produzirão efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao mês da sua lavratura;

b) não compreende as operações cujos produtos sejam objeto de posterior retorno, real ou simbólico.

Art. 3º - Fica reduzida para 58,33% a base de cálculo nas operações interestaduais, sujeitas à alíquota de 12%, com margarina, creme vegetal, gordura vegetal hidrogenada e óleos vegetais, promovidas diretamente pelo estabelecimento industrial, ou encomendante da industrialização.

Parágrafo Único - A redução de base de cálculo prevista neste artigo não acarretará a anulação proporcional dos créditos correspondentes às entradas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei em epígrafe, objetiva proceder alterações na legislação existente referente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, buscando incentivar a industrialização de leite e outros, possibilitando a oportunidade desta comunidade industrial, optar por crédito de importância equivalente à aplicação de 7% sobre o valor das operações de circulação do produto, nas saídas interestaduais dos produtos resultantes de industrialização, na forma em que especifica.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo teor de mérito, conclamamos aos nobres pares desta Casa de Leis, ao apoio da presente iniciativa, medida que em muito incentivará a industrialização no âmbito do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 432/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Eventos Sociais e Religiosos de Marialva - Cesorema, com sede e foro no município de Marialva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Eventos Sociais e Religiosos de Marialva - Cesorema, é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter representativo, beneficente, que tem por objetivo principal buscar soluções dos problemas da comunidade que representa e contribuir para a promoção das pessoas através de maior justiça social e de cidadania.

Os documentos que anexamos à presente proposição comprovam que a entidade preenche os requisitos da lei que regulamenta a matéria, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 433/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os Concursos Vestibulares das Universidades Estaduais e demais faculdades mantidas com recursos públicos no Estado do Paraná, passam a ser realizados no mesmo dia e hora.

§ 1º - As normas estabelecidas no "*caput*" do artigo 1º da presente lei serão regulamentadas pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

§ 2º - As Universidades Estaduais e demais Faculdades mantidas com recursos públicos, manterão a autonomia na escolha dos locais e conteúdos das provas dos concursos vestibulares.

Art. 2º - Ficam mantidas as alternâncias de datas e horários, para a realização dos Concursos Vestibulares, denominados de (vestibulares de inverno).

Art. 3º - A regulamentação da lei será feita pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, até o mês de julho do exercício de 2002, obrigatoriamente, a fim de não prejudicar o processo seletivo das Universidades e das Faculdades mantidas com recursos públicos do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor 90 dias após a data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A realidade dos concursos vestibulares é cada vez mais difícil para quem vai ingressar numa universidade ou faculdade pública. Buscando minimizar esses efeitos resolvemos elaborar o presente projeto que tem como

objetivo tratar das disposições e dos critérios para a realização desses concursos, quanto às suas datas e horários.

Os estudantes que terminarem o ensino médio nas redes municipal e estadual de ensino têm grandes problemas para ingressarem nos quadros discentes do ensino superior, em sua maioria agravados pelas condições financeiras para a sua manutenção. A grande procura das universidades e faculdades públicas, fazem com que esses alunos sejam prejudicados uma vez que vestibulandos de outras localidades, e, até mesmo de outros estados vêm disputar vagas que estariam, hipoteticamente, destinados aos alunos que moram nas cidades onde essas instituições estão sediadas ou até mesmo dentro de sua região.

Outro fato importante, é que alunos que poderiam investir suas potencialidades profissionais em suas cidades, acabam se deslocando para os grandes centros a fim de poderem terminar seus estudos. Além disso, o rompimento dos vínculos familiares ocorrem pela distância que separa o jovem de sua família.

A proposta em questão busca mudar essa realidade, uma vez que o candidato não poderá realizar o concurso vestibular em várias instituições de ensino superior ao mesmo tempo, ficando impossibilitado pela coincidência dos horários e datas das provas dos mesmos, provocando assim uma maior regionalização dos concursos, quando da escolha da melhor opção para o aluno em estudar na universidade ou faculdade que melhor se adapte às suas condições geográficas.

Sendo assim solicito dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, que opinem favoravelmente ao assunto ora proposto.

PROJETO DE LEI Nº 434/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, a ceder os direitos de uso do imóvel situado na zona urbana do município de Sengés, no lugar denominado Loteamento Fazenda Morungava II, constituído pelos lotes números 01 e 02, da quadra nº "1", com área total de 654,42m (seiscentos e cinquenta e quatro metros e quarenta e dois centímetros quadrados), contendo um imóvel residencial em alvenaria com 305,00m (trezentos e cinco metros quadrados), na forma do matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Sengés sob nº 1.597, para a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Sengés.

Parágrafo Único - A cessão dos direitos de uso a que se refere o *caput* deste artigo, será pelo prazo prorrogável de cinco anos, garantindo o compromisso de manutenção e recuperação das instalações do imóvel pela usuária.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O imóvel objeto da presente autorização legislativa, encontra-se em processo de deterioração, conforme comprovam as fotos anexas à proposição.

Oriundo do Banco do Estado do Paraná - Banestado, compõe o patrimônio estadual, sendo que a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Sengés, necessita urgentemente de instalações para proceder às suas atividades.

A Associação se propõe a deixar o imóvel em condições de uso, dentro das suas capacidades, constituindo-se a proposta em uma atitude de mérito pelos esforços plausíveis que referida entidade vem realizando no município, em prol dos excepcionais.

Sendo assim, conclamo os parlamentares desta Casa de Leis a apoiarem a presente proposição legislativa, por se tratar da matéria de elevado mérito.

PROJETO DE LEI Nº 435/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória a alienar o lote de terreno com 1.513,62m (um mil, quinhentos e treze metros e sessenta e dois centímetros quadrados), medindo 42,26m (quarenta e dois metros e vinte e seis centímetros) de frente para a Avenida João Pessoa, 41,54m (quarenta e um metros e cinquenta e quatro centímetros) de fundos para a propriedade de Nely Araújo Bostelman e outros, do lado direito 37,86m (trinta e sete metros e oitenta e seis centímetros) para a rua Coronel Rupp e do lado esquerdo 33,66 (trinta e três metros e sessenta e seis centímetros) com a propriedade de Sérgio Euzébio Nogara, imóvel matriculado sob nº 8.475, do livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - A receita auferida da alienação do imóvel constante do *caput* deste artigo, deverá destinar-se integral e exclusivamente para investimentos em construções para aumento das instalações físicas da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, vem prestando relevantes serviços à educação de nosso Estado do Paraná ao Brasil. A cada dia que passa mais urgentes ficam as necessidades de aumento dos espaços físicos, para que mais estudantes

universitários tenham acesso à qualidade de ensino superior.

O imóvel, objeto da proposição que temos a honra de chancelar, esta localizado no município de Porto União, Estado de Santa Catarina e foi recebido como doação decorrente da dissolução do Centro de Artes do Club Iguaçu Universidade, sendo que nada impede, legal e constitucionalmente, que seja alienado em favor do próprio campus universitário de União da Vitória.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo alcance social, conotando-se seu alto grau de mérito, conclamamos todos os parlamentares desta Casa de Leis, para procederem o devido apoio à presente iniciativa legislativa. Que em muito contribuirá com o ensino superior de nosso Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 436/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, no âmbito do Estado do Paraná, a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância - APMI, com sede no município de Honório Serpa e foro na comarca de Manguairinha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que ora temos a honra de apresentar, visa contemplar a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI - do município de Honório Serpa, entidade fundada na data de 10 de maio de 1.993, que vem prestando relevantes serviços à comunidade.

A APMI de Honório Serpa, como a própria denominação da entidade demonstra, tem por finalidade a proteção, amparo e assistência à criança e à gestante, oferecendo serviços médicos, educacionais, recreativos e outros muitos importantes à maternidade.

Por se tratar de matéria de elevado cunho social, conclamamos a todos os nobres pares, deputados desta Assembléia Legislativa, para apoiarem a presente matéria, não só pelo interesse público que acompanha a iniciativa, mas sim por referir-se a uma questão de mérito.

PROJETO DE LEI Nº 437/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Associação dos Municípios Centro Sul do Paraná - AMCESPAR, com sede e foro no município de Irati.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O Consórcio Internacional da Saúde da Região da Associação dos Municípios Centro Sul do Paraná - AMCESPAR, foi constituído nos termos do artigo 25, da Constituição Estadual, respeitada a norma Complementar nº 82, de 24 de junho de 1998, como sendo uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

A Entidade congrega os Municípios de Irati, Imbituva, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Inácio Martins e Guamiranga atualmente e objetiva a prestação de serviços de saúde à população dos referidos municípios, missão esta que vem cumprindo com excelência e desprendimento em favor dos mais necessitados, principalmente no que tange a casos emergenciais de saúde.

Instituições organizadas como esta que temos a honra de representar neste ato inicial legislativo, dão exemplo e esperança ao povo e as administrações municipais, pois representam o verdadeiro espírito público, elemento tão fundamental aos objetivos de interesse popular.

Procedendo-se um rápido exame das finalidades da instituição, percebemos que o profissionalismo está presente, em favor das populações das mais diversas localidades dos municípios envolvidos, suprimindo lacunas do poder público superior, é a demonstração que União dos interesses da região, é o caminho de propícia evolução e desenvolvimento na área de saúde.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo grau de mérito, solicito o devido apoio dos pares parlamentares ao projeto de lei em epígrafe, para que o exemplo desta instituição possa ressoar pelos mais longínquos rincões deste nosso querido Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao senhor deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente e senhores deputados.

Atendendo apelo veemente e contundente do líder das Oposições, estou ocupando esta tribuna, pela primeira vez neste mandato.

Senhor presidente e senhores deputados, estou profundamente preocupado com a situação de conflito realmente muito grave que se estabeleceu a partir de segunda-feira na região de Foz do Iguaçu, mais especificamente na Cidade de Leste, no Paraguai, mais especificamente ainda em cima da Ponte da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai.

Desde segunda-feira, sindicalistas, movimentos sociais, lideranças políticas de situação e de oposição do lado paraguaio, com apoio de empresários paraguaios,

bloquearam a Ponte da Amizade, não admitindo nenhum tipo de trânsito nem do Brasil para o Paraguai, nem do Paraguai para o Brasil. E hoje, pela manhã, nem pessoas a pé transitavam naquela região.

O argumento primeiro que levou os manifestantes a tomarem este tipo de atitude é o início de um trabalho que está sendo feito pelo DNER, de reforma da Ponte da Amizade, que, cá para nós, precisa urgentemente ser feito. Mas, este é apenas o estopim, é a gota d'água de um problema muito sério que estamos vivendo naquela região de fronteira.

Como é do conhecimento dos senhores parlamentares, da sociedade paranaense e brasileira, Foz do Iguaçu vive um momento de crise sem precedentes: no campo social, no campo econômico, atingindo, seguramente, segundo informações, os mais altos índices de desemprego no Paraná e no Brasil. No brasileiro, o jovem, principalmente, naturalmente, para buscar a subsistência, atravessa a ponte e vai trabalhar no comércio paraguaio. E lá nós temos mais de cinco mil cidadãos brasileiros que trabalham de forma, legalmente analisando, irregular, no comércio paraguaio, naturalmente ocupando postos de trabalho que poderiam ser ocupados pelos paraguaios, pelos cidadãos paraguaios. E aí há um clima de verdadeira revolta. Porque a crise em Cidade de Leste, a crise no Paraguai é tão grave ou talvez até mais grave da que vivemos no Brasil, principalmente a crise econômica e a crise social.

Desde segunda-feira o movimento vem crescendo, vem recrudescendo. As ações dos manifestantes cada vez mais violentas. E no dia de ontem, senhor presidente e senhores deputados, os brasileiros, de forma até indistinta, não só os trabalhadores do comércio paraguaio, mas os "laranjas", os que passam a sacola, os comerciantes brasileiros estabelecidos em Cidade de Leste, no Paraguai, sofrendo todo tipo de pressão, inclusive físicas. Ontem, o dia em Cidade de Leste foi um dia de cão. Um dia de cão! Arrastões percorrendo as avenidas, em Cidade de Leste e onde havia uma loja, um estabelecimento comercial de propriedade de brasileiros, as portas eram arrancadas a cacetadas e a pontapés; as mercadorias sendo jogadas para fora, os brasileiros sendo, inclusive, violentados fisicamente em Cidade de Leste, e não é pouca gente.

Pior do que isto, ainda ontem cinco ministros paraguaios vieram a Cidade de Leste tentar uma negociação com os manifestantes e a negociação não avançou. As autoridades voltaram para Assunção, dando as costas para o movimento e a coisa continua recrudescendo, ficando cada vez mais grave.

Mais uma vez, ameaça não velada, ameaça explícita de todo movimento, do lado paraguaio retaliação contra os brasileiros, inclusive, em relação aos brasileiros que trabalham a terra no Paraguai, os nossos queridos brasiguaios, sendo ameaçados de terem suas propriedades invadidas pelo Movimento Campesino e os outros movimentos sociais do Paraguai.

É um problema muito sério, muito grave que as autoridades do Paraná e do Brasil não podem ficar alheias, afinal de contas se tivesse um único brasileiro no País vizinho, sofrendo qualquer tipo de agressão, por uma questão de cidadania e obrigação das autoridades nacionais, deveria haver empenho no sentido de resolver o problema desses cidadãos brasileiros.

Não é um, não são dois, não dão dez, são trezentos mil brasileiros que hoje ocupam espaço, trabalham, produzem no Paraguai, e estão sendo maltratados e ameaçados. São os mais de cinco mil trabalhadores do comércio paraguaio que buscam o pão de cada dia no outro lado, porque não têm emprego no lado brasileiro, e são também os empresários brasileiros que ousaram investir naquele país para gerar progresso e desenvolvimento e estão vivendo uma situação de preocupação e violência no lado paraguaio.

Senhor presidente, senhores deputados, é uma situação que não podemos ficar assistindo passivamente. Temos que conversar, até mesmo negociar com o movimento social do lado paraguaio. O governo brasileiro tem que ajudar a achar alternativas para resolver o problema do governo paraguaio, afinal de contas o Paraguai está para o Brasil, assim como o Brasil está para os Estados Unidos.

Daria para dizer que o Paraguai tem uma dependência total do Brasil em todos os sentidos, a começar pelos alimentos que são atravessados pela ponte para sustentar o vizinho país.

Então, as autoridades brasileiras têm que tomar pé desta situação e ajudar a achar uma saída, não para resolver o problema do Paraguai, resolver o problema de Cidade de Leste, mas sim para resolver ou minimizar o sofrimento dos 300 mil brasileiros que hoje moram no Paraguai, para achar alternativa de emprego dos 5 mil brasileiros que hoje trabalham no comércio do Paraguai, para achar alternativa de emprego de renda para os 30 mil brasileiros que vivem em torno daquele comércio paraguaio, muitos morando inclusive na cidade de Medianeira, São Miguel, de Matelândia, até mesmo de Cascavel, muitos até de Curitiba.

As autoridades brasileiras têm a obrigação de achar uma solução para este problema, porque afinal de contas não é para resolver pura e simplesmente, o problema paraguaio, mas o problema dos brasileiros que estão vivendo no Paraguai e dos brasileiros que hoje dependem fundamentalmente para viver do que existe no comércio e na agricultura do lado paraguaio.

Então, senhor presidente, até conversando com outros deputados da região, de representação da região, Eli Ghellere, Irineu Colombo, Elio Rusch, parlamentares os quais eu já contactei, eu estou requerendo à Casa para que acompanhem de hoje para amanhã o desdobramento do que está acontecendo ali naquela região e se necessário, que nós aprovemos, eu tenho um requerimento formulado nesse sentido, a criação de uma Comissão Parlamentar para que em nome da Assembléia

Legislativa, em nome das autoridades brasileiras possamos fazer um canal de negociação entre o movimento social do lado paraguaio para acharmos uma solução ao problema.

Vamos votar esse requerimento em alguns instantes e, espero receber o apoio dos senhores deputados. Se necessário nos deslocemos à Cidade de Leste, para Assunção, ou para Brasília, para acharmos uma solução para tantos problemas que estamos vivendo naquela região de fronteira.

Concedo um aparte ao deputado Eli Ghellere.

O Sr. Eli Ghellere

Só para contribuir um pouco com o seu pronunciamento.

Realmente é uma preocupação que temos em toda aquela região do Oeste do Paraná. Sabemos que aquela região antigamente tinha uma população muito grande que vivia no setor agrícola, e, com a vinda da mecanização, esse pessoal acabou saindo, ocupando espaço até no Paraguai. Agora que chegou a mecanização lá no Paraguai eles foram expulsos e se acomodaram na região de Foz do Iguaçu, formando o cinturão de pobreza.

Entendo que o governo de Foz do Iguaçu não pode absorver todo esse problema. É importante a sua colocação. Estou de acordo com a formação desta comissão, para que o Governo do Estado assuma a sua parte, agora agravado com o pessoal que trabalha na Ponte da Amizade. Acompanhei hoje as notícias de lá, e ouvi que até as visitas para Itaipu foram suspensas, devido ao ocorrido ontem nos Estados Unidos.

Quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa, e terá todo o apoio deste parlamentar.

Muito obrigado!

O SR. SÉRGIO SPADA

Obrigado pelo aparte, deputado Eli Ghellere.

Em nome da Casa e das autoridades da região estou encaminhando correspondências levando notícias do momento que estamos vivendo, ao presidente da República, ao ministro das Relações Exteriores, ao governador do Estado para que essas autoridades tenham responsabilidade e a obrigação de fazer algo por esses cidadãos brasileiros.

Que se manifestem e tomem as providências que devem ser tomadas!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao deputado Custódio da Silva, ainda no Pequeno Expediente.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA

(Lê):

“Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ocupamos a tribuna desta Casa nesta tarde, para falar sobre o projeto de lei de nossa autoria, protocolado junto à Mesa diretora, que institui o Dia do Sindicalista a ser comemorado em todo o território paranaense, no dia 30 de abril de cada ano.

Em Curitiba, a data de 30 de abril, é consagrada como Dia do Sindicalista, conforme Lei nº 8.803/1996, de nossa autoria.

Nossas origens trabalhistas e os longos anos dedicados ao sindicalismo, nos proporcionaram experiências das mais importantes, como também nos permitiram ver no movimento sindicalista, o caminho mais eficiente de defesa do trabalhador, nos seus mais legítimos direitos.

A cada dia, a presença do sindicalismo na vida do trabalhador se torna mais importante, uma vez que a globalização da economia e a rapidez com que novas tecnologias são empregadas nas mais diversas atividades econômicas, acabam por impor ao trabalhador uma instabilidade cada vez maior, tendo o obreiro, no seu sindicato, o único instrumento de defesa de seus mais elementares direitos e interesses.

Os sindicatos que no passado já foram fortes instrumentos de defesa dos trabalhadores, hoje encontram-se em grande parte enfraquecidos, face a sucessivas crises na economia brasileira, perdendo representatividade em razão das dificuldades sentidas por toda a sociedade.

O fortalecimento do sindicalismo, é um imperativo para uma melhor distribuição de justiça, tanto em relação à classe patronal, quanto em relação à classe dos empregados, na mediação de acordos que busquem, dentro do possível, sempre o melhor para ambas as partes.

A instituição do dia do sindicalista no Estado do Paraná, a ser comemorado em 30 de abril, anualmente, antecedendo o dia internacional do trabalho, de 01 de maio, é um importante fator de entendimento entre sindicatos patronais e de empregados, servindo como base para o recolhimento da importância do movimento sindical, para o desenvolvimento social e econômico brasileiro.

A aprovação do nosso projeto que institui o Dia do Sindicalista no Estado do Paraná, por esta Casa de Leis, constitui-se na mais pura demonstração de reconhecimento de todos os paranaenses aqui representados, pelas senhoras e senhores deputados, da importância dos sindicatos e do movimento sindical para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, de toda a sociedade.”

Pedimos então, senhor presidente, senhores deputados, a aprovação desse projeto de lei, para valorização daqueles que lutam, incansavelmente, em busca de direitos de todos os trabalhadores do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tendo mais oradores no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Nós, os deputados que compõem a Bancada de resistência à venda da Copel, apresentamos na última segunda-feira, dia 03, um projeto de decreto legislativo, que propõe o plebiscito à sociedade paranaense, para que possamos avaliar se ela quer ou não a venda da Copel. E em que base fez a Bancada de Oposição e resistência da Copel a esse plebiscito baseado na Constituição Federal, no seu artigo 14, baseado no artigo 1º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1988, em que ela diz o seguinte: “A soberania popular é exercida por sufrágio universal de voto direto e secreto, com valor igual para todos nos termos da lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:

inciso 1 - plebiscito

inciso 2 - referendo

inciso 3 - iniciativa popular.”

O artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná, também remete a titularidade maior ao povo do Paraná ou à sociedade. A ele, sendo patrão de todas as decisões maiores.

E por que o plebiscito?

Plebiscito, segundo a interpretação do artigo 2º, e referendo, são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa e administrativa.

E prescreve o seu parágrafo 1º: “O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo, administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou de negar, o que lhe tenha sido solicitado.”

Apresentamos o projeto de decreto legislativo, por quê?

Porque o artigo 3º da Lei 9.709/88 diz o seguinte: “Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo, ou do Poder Executivo, e no caso do parágrafo 3º do artigo 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo, são convocados, mediante decreto legislativo.”

Isso é o que diz a lei, por proposta de 1/3 dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional, no mínimo.

Esta é a matéria que subsidia o projeto de decreto legislativo que foi protocolado nesta Casa.

Protocolamos. A Mesa Executiva entendeu na oportunidade, não fazer a sua autuação e remeter para o Departamento Legislativo e posteriormente para a Procuradoria Geral da Casa, no sentido da legalidade, da oportunidade, da tecnicidade do presente projeto de decreto legislativo.

A Diretoria Legislativa produziu a seguinte informação: “Em referência ao projeto de decreto legislativo, apresentado na Sessão Plenária do dia 03 de setembro de autoria do deputado José Maria Ferreira e outros, isto é, a Bancada de resistência à venda da Copel, que tem por objetivo a realização de plebiscito para que o eleitorado do Estado do Paraná opine sobre a privatização da Copel,

decidindo se o Estado pode ou não vender suas ações além do limite, que implique em perda do controle acionário da companhia, temos a informar - passa a informar então o senhor diretor-legislativo -, da existência do Projeto de Resolução, nº 06/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, e que foi arquivado em 13 de agosto do corrente ano, por requerimento do autor.”

Subsidiando essa informação, o Procurador Geral da Casa elaborou o parecer 22/2001, em que ele diz o seguinte: “Em cumprimento ao respeitado despacho do Exmo. Sr. Presidente Hermas Brandão, recebemos dia 06 do mês em curso, para emitir parecer sobre o contido nas informações que lhe foram prestadas, pela Diretoria Legislativa deste Poder, com referência ao projeto de decreto legislativo de autoria do deputado José Maria e outros senhores deputados, apresentado na Sessão Plenária de 03 de setembro do corrente ano, sobre o que temos a honra de nos pronunciarmos a seguir:

1) A propositura do supra mencionado projeto de decreto legislativo, os autores objetivam convocar plebiscito entre os eleitores paranaenses, para decidir sobre a venda, pelo Governo do Estado, do controle acionário da Copel, Companhia Paranaense de Energia.

2) A Lei nº 9709 de 18 de novembro de 1988, que regulamenta a execução dos dispostos nos Incisos I, II e III do artigo 14 da Constituição Federal, dispõe em seu capítulo 1º que a soberania popular é exercida por sufrágio universal, na forma de plebiscito, referente à iniciativa popular.”

Vem corroborar aquilo que já dissemos antes.

“3) Parágrafo 2º do artigo 1º. Dispõe que o referendo é convocado com posterioridade ao ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

4) A proposição apresentada convoca a população paranaense para a realização de plebiscito que, de acordo com a referida lei, em seu parágrafo 1º, Artigo 2º, é convocado com anterioridade ao ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

5) Saliente-se que a questão Copel está vinculada à lei aprovada, sancionada e publicada, de nº 12.355/98, que autoriza o Poder Legislativo alienar as ações da Copel e também promover a reestruturação societária da Empresa.

6) Portanto o princípio de anterioridade da norma vigente, à luz da boa hermenêutica, nos conduz ao entendimento de que a população deveria manifestar-se referendando ou não, a autorização concedida ao Poder Executivo”.

Ora! Aqui está, senhores deputados, senhoras deputadas, a razão do nosso protesto.

Naquele dia, no dia três, em que apresentamos pelo não acatamento, porque a própria Constituição é direito constitucional, assegura que temos o direito de apresentar projetos e decretos legislativos em três circunstâncias: no que tange à constitucionalidade; no que tange a projetos

de lei, a leis, isto é, do aspecto legislativo; e do aspecto administrativo.

Os senhores deputados que compõem a Bancada de resistência ou o grupo de resistência à venda da Copel, subscrito este projeto por vinte e quatro deputados, tem o objetivo de fazer e de propor o plebiscito sobre o ato administrativo.

Portanto, não é sobre a edição da Lei nº 12.355/98, até porque no seu artigo 6º da Lei nº 9709 ele estabelece que o referendo só poderá ocorrer após trinta dias da edição do ato. E a Lei nº 12.355 já foi editada em dezembro de 1998 e a iniciativa popular, aqui rejeitada por vinte e sete votos a vinte e seis, ela tinha o condão do quê?

De revogar a Lei nº 12.355! E o projeto de plebiscito não revoga nada, ele permite, inclusive, e mantém, senhores deputados, a autorização para que o governador continue a vender a Copel. Entretanto ele remete, e aí é a diferença que o nosso Procurador Geral não conseguiu distinguir, no nosso entendimento, entre autorização para que o governador convença a sociedade paranaense da oportunidade da apresentação da venda da Copel e não tem nem referendo e nem iniciativa popular que impede um direito constitucional.

Aí no Artigo 7º, o nobre procurador estabelece o seguinte, exara o seguinte conceito: “a proposição em epígrafe visa convocar plebiscito, desconsiderando integralmente os mandamentos da norma anterior, pois a consulta plebiscitária, na forma direta, apregoada, não se aplica no fato em questão, cumprindo-nos salientar que o que deveria ser proposto, seria uma consulta popular no sentido de se obter o referendo ou não à autorização da Lei nº 12.355 e não na forma em que se encontra, visando o plebiscito para consultar a venda das ações da Copel”.

Ora! Senhor presidente e senhores deputados, em que base o procurador exara o conceito expresso no item 07? Ele já está nos retirando inclusive um direito constitucional que é estabelecido na Constituição e na lei que disciplina, Lei Complementar, que rege a questão de plebiscito.

Ontem, nós tivemos, por parte da Liderança do Governo, distribuído alguns conceitos, especialmente do artigo 127 do nosso Regimento Interno. O que diz o nosso artigo 127?

“As matérias de projetos de lei rejeitadas ou não sancionadas, assim como a constante de proposta de Emenda à Constituição rejeitadas ou havidas por prejudicadas, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Casa, ressalvadas as proposições do senhor governador”.

Ora! Nenhum projeto foi submetido a plebiscito, foi submetido a voto, nesta Casa, na atual Sessão Legislativa! Precitaria ser rejeitado para a Mesa não acolher, precitaria não ser sancionado para a Mesa não acolhê-lo!

Portanto, em cima do artigo 3º, em cima da Constituição, no seu artigo 14 e no artigo 127, é que nós estamos pleiteando a sanção desse Projeto à Mesa.

Aí, o deputado Durval, líder do Governo, exarou o seguinte termo: “Que matéria de projeto legislativo, de leis rejeitadas, não poderão ser apresentadas na mesma Sessão Legislativa, salvo se tiver a maioria absoluta”.

Ora! Para um projeto, a não ser que a Liderança do Governo ou a Mesa Executiva já rejeite e vote projetos, porque se tiver conceito de voto, tem que ter submetido às Comissões e cumprir todos os trâmites legislativos. Aí então teríamos a rejeição do projeto. Não houve em nenhum momento essa situação, para que esse projeto tivesse celeuma de dizer que o artigo 127 o impede de estar sendo apreciado nesta Casa.

Aí, ainda diz: “Em que pese diverso o instrumento de decreto legislativo, a matéria da proposição, além de ter o mesmo objetivo, guarda afinidade substancial com as proposições seguintes”.

Aí, deputado Irineu Colombo, o líder do Governo, tentando revogar a Constituição, estabelece o seguinte:

“Item 1º - Projeto 240/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, rejeitado pelo Plenário em 14/08”.

Ora! O projeto do deputado Divanir Braz Palma, em nenhum momento falou em plebiscito! O projeto do deputado Divanir Braz Palma em nenhum momento falou em derrogação da Lei 12.355.

O projeto do deputado Divanir Braz Palma, no seu artigo 1º, autuado na Casa, sob o número 240/2001, no dia 13 de junho, diz o seguinte: “Fica suspensa a eficácia e os efeitos das disposições da Lei 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação da Copel e alienar as ações em seu inteiro teor pelo prazo de 90 dias, a partir da aprovação da publicação”. Não falava em plebiscito!

E diz mais, o contido aqui nas instruções do deputado Durval Amaral - o Projeto 248, de Iniciativa Popular, rejeitado pelo Plenário, tentando com isso estruturar o artigo 127, para que a Mesa não receba - o Projeto 248 trata da Iniciativa Popular. Ele não pedia em nenhum momento, que auscultasse a sociedade. Ele prescrevia e preconizava. Era a revogação da Lei 12.355.

O artigo 3º, deputado Irineu Colombo, Projeto de Lei nº 174, de autoria do deputado Tony Garcia, assim ele se expressa: “artigo 1º, fica revogado o artigo 3º, da Lei 12.355, de 08 de dezembro de 1998, esse é o parágrafo único, é o artigo que permite ao governador alienar as ações da Copel. Então, em nenhum momento, existe similitude, entre o que se propôs a esta Casa, através do projeto de plebiscito, com aquilo que pretensamente, busca defender o líder do Governo.

Um aparte, ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado José Maria Ferreira, o assunto do plebiscito, para nós é muito caro, porque trata de um aspecto da democracia brasileira e das experiências e dos mecanismos democráticos internacionais.

Quero falar sobre o ponto de vista dessa abordagem teórica. Mas também não podemos esquecer que nesta Casa está havendo uma manobra que é permitida política e regimentalmente, de não ter as sessões normais, para que esse projeto não tenha escoamento aqui nesta Casa, e a privatização se dê como consolidada, a venda, a entrega dela se dê como consolidada.

Por outro lado, eu gostaria inclusive de questionar a Presidência da Casa, na figura do deputado Hermas Brandão, no sentido que seria de bom alvitre, que esse projeto tivesse tramitação na Casa, por conta de que o parecer da Procuradoria é um mero parecer, que pode ser considerado ou não. Evidentemente, que o parecer tem uma abordagem política da maioria da Casa. Essa abordagem, falseada em argumentos jurídicos, nitidamente, quer acabar com a iniciativa antes de que ela tramite um pouco na Assembléia.

Eu quero chamar a atenção desta Casa, deste Parlamento, no seguinte aspecto: as democracias mundiais têm adotado os mecanismos de exercício direto do poder popular, baseado em alguma experiência - o referendo quer escolher sim ou não, para determinada proposta, o plebiscito para escolher duas propostas, por exemplo, parlamentarismo ou presidencialismo, que foi a nossa experiência.

Tem o "recall", ou a nova chamada com a experiência dos Estados Unidos, da Suíça, da Itália, onde outros mandatários políticos são chamados mediante pedido de 01% dos eleitores, para nova eleição, para determinadas pessoas, que não estão cumprindo com o seu dever parlamentar ou o dever para o qual ele foi eleito.

Temos outra experiência que é o veto popular, que foi tentado na elaboração constitucional - o deputado Waldyr Pugliesi deve se lembrar. A proposta do veto popular - acho que o próprio Nelson Friedrich lembra disso, era para fazer com que o povo apresentasse uma proposta de uma lei ser derrubada. O povo derrubar a lei, vetar a eficácia da lei, mediante provocação de 01% dos eleitores e a convocação dos eleitores, na urna! Essa não é uma previsão constitucional.

Contudo, deputado José Maria Ferreira e presidente Hermas Brandão, o artigo 1º da Constituição Federal não é o segundo, nem o terceiro e nem o último, é o artigo 1º da Constituição Federal, do parágrafo único, que diz o seguinte: "todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos", que somos nós, ou diretamente, nos termos dessa Constituição, não são nos termos da lei.

Portanto, mais uma irregularidade aí no pronunciamento da Procuradoria, porque o poder exercido diretamente nos termos da Constituição, não é uma lei.

Portanto, é uma cláusula que tem um status jurídico muito superior a uma lei ordinária complementar.

Nos termos da Constituição, está previsto o referendo. Aliás, prática pouco adotada na política nacional. O nosso Partido tem uma filosofia de aprofundar inclusive isso, e adotarmos esta postura que temos adotado.

Por exemplo, na Prefeitura de Londrina, em que pese a opinião do nosso prefeito em vender a Sercomtel-Celular ser derrotada, aceitou; está fazendo investimento. Enfim, fez uma postura no sentido de respeitar a vontade direta do povo e criar canais democráticos de participação popular, como tantas outras experiências que podem fazer com que o povo participe. Não da democracia só votando de dois em dois anos, mas participando do cotidiano da democracia.

Portanto, aqui levando em consideração o artigo 1º da Constituição Federal, chamo a atenção para a importância da democracia, porque nós recebemos esse projeto - talvez não seja o termo correto plebiscito - mas na forma de referendo, para que fosse apreciado nesta Casa, ou também pode ser na forma de plebiscito porque aqui no Brasil não há diferença objetiva, apesar das teorias de sistemas e formas de governo ter diferença, mas não tem diferença objetiva neste caso aqui, no Brasil.

Eu refiro o artigo 1º, mais uma vez, da Constituição Federal, no seu parágrafo único: "o poder será emanado do povo, pelos seus representantes ou diretamente nos termos da Constituição".

Não é, nem lei complementar, nem lei ordinária.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço, deputado Irineu Colombo, pela sua participação.

Mas, para complementar isto que V. Exa. colocou e que está colocando o líder do Governo, já legislando sobre a Constituição, ele diz o seguinte: "em casos tais, o Regimento Interno da Casa há de ser interpretado em consonância com o que dispõe a Constituição do Estado. Está com clareza cristalina. Por sua vez, prescreve o artigo 54, compete privativamente à Assembléia Legislativa, inciso 21, "autorizar plebiscito e referendo na forma da lei".

Em seguida ele diz que no Paraná não existe uma lei que trate, que regule o referendo. Portanto ele não pode acontecer.

Ora, o Direito Constitucional não se pode limitar pela ausência de uma lei estadual. É um absurdo o que se faz ou o que se tenta passar ou justificar, dizendo que não pode votar aqui um plebiscito ou um projeto de plebiscito, porque não existe lei a nível de Assembléia Legislativa, como se não tivéssemos um mandamento maior, deputado Hermes Rodrigues Fonseca, que é a nossa Constituição!

Aí existe uma outra pérola, que confirma esse entendimento do Estatuto Federal, o regulamentador da matéria que é a Lei nº 9709. Ela salta aos olhos no artigo 6º nas demais questões de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: "O plebiscito e o ato referente serão convocados em conformidade, respectivamente, com a Constituição do Estado e com a Lei Orgânica".

Mas, a Lei nº 9709, é objetiva nesse particular, porque aí, senhor presidente, ela trata o artigo 5º que é ante-

cessor, trata justamente da criação de municípios e não do plebiscito para consulta popular.

Com o aparte, o deputado Hermes Fonseca.

O Sr. Hermes Fonseca

Deputado José Maria, iria usar do Horário das Lideranças para abordar essa questão, mas já que V. Exa. está abordando este tema no Grande Expediente e há tempo suficiente para tanto, quero fazer uma intervenção para dizer mais uma vez, que a assessoria jurídica desta Casa, a Procuradoria, mais uma vez faz uma interpretação que fere os princípios fundamentais do direito, quando interpreta de forma errônea ou talvez até de forma a beneficiar outros interesses, o texto constitucional e a Lei nº 9709, na qual se reporta o parecer 2201 da Procuradoria Geral, com relação ao projeto de plebiscito.

Veja bem o artigo 2º da Lei nº 9709 de 18 de novembro de 1998, que regulamenta a execução do disposto nos incisos 1º, 2º e 3º do artigo 14 da Constituição, diz o seguinte: “Parágrafo Único - O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo pelo voto aprovar ou delegar o que lhe tenha sido submetido”.

Então quando o eminente procurador da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para não dizer outra coisa, cometeu um grande equívoco. Se fôssemos ser mais contundente, nós teríamos que qualificar de forma até mais contundente esse parecer, mas o plebiscito é perfeitamente cabível. O projeto pode tramitar normalmente nesta Casa, porque o que se pretende com ele, deputado José Maria, é o povo dizer se concorda ou não com o ato administrativo, isto é, com a venda. Não se refere à Lei 12355, que autoriza a alienação de ações da Copel. Aquilo é ponto pacífico, aquele ato está consumado! Agora, o ato de vontade o povo pode se manifestar se é favorável ou contra. É isso que o projeto de plebiscito propõe a esta Casa.

Lamentavelmente, mais uma vez a Assessoria Jurídica da Casa orienta de forma errônea a Mesa, quando coloca um parecer absurdo desta natureza. Como fez na interpretação do artigo 209 da Constituição Estadual, naquele projeto das usinas termelétricas.

Deputado José Maria, acho que temos que continuar defendendo esse ponto de vista, continuar defendendo em todas as instâncias isso, porque esse projeto precisa tramitar nesta Casa para que esta Casa diga sim ou não. Uma vez ela disse não ao projeto de iniciativa popular, ela que diga não também ao plebiscito, mas que arquem com as consequências, com o ônus desta decisão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o seu aparte.

E para concluir, senhor presidente, eu afirmaria o seguinte: esta Casa castrou de forma abrupta um direito do cidadão, que foi o projeto de iniciativa popular. Um projeto que a própria Constituição e a própria lei determinam que não pode ser eivado de vícios, de irregularida-

des, que a CCJ tem a obrigação de adequá-lo. E esta Casa votou pelo arquivamento do projeto no turno da constitucionalidade. Votou castrando, cusbindo, escarrando no texto da lei.

Agora, não vamos nós, em cima do artigo 127, tentar fazer a justificativa, porque não vai ficar depois nos limites desta Casa.

Senhor presidente, é com estes termos que eu encaminho à Mesa Executiva um arrazoado ao parecer do Dr. Ayrton Loyola, contraditando as expressões contidas no seu Parecer nº 22/2001.

Aguardo de V. Exa. todo o processo do projeto, do transcurso da votação do projeto de iniciativa popular que teve uma imposição ímpar dos magistrados, que nós posamos contemplá-la agora também com relação ao projeto de plebiscito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu consulto se V. Exa. vai encaminhar para a Mesa, para a Presidência depois fazer uma análise.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, somente para registrar a presença nesta Casa, do vereador Luiz Ciocondo, de Arapongas, que possivelmente será candidato a deputado estadual.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

As boas-vindas ao vereador, nosso companheiro.

Horário das Lideranças: PL, PSB, PSC, PFL, PPS, PDT, PT, PTB, PMDB, PSDB.

Lamento, deputado Neivo, mas o horário do PSDB já foi ocupado pelo deputado Sérgio Spada.

Consulto se V. Exa. está filiado ainda no PSDB.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Estou sim, senhor. Aliás, sobre isso poderia dizer a V. Exa. que ontem o PSDB conquistou uma vitória, na Justiça. Um grupo da Executiva nacional se reuniu, e sem colocar em pauta, sem nenhuma organização, resolveu discutir a expulsão do senador Álvaro Dias. Só que a Justiça foi lá e a primeira vitória já foi dada. Agora, se o Álvaro Dias e nós sairmos do PSDB, com certeza ficarão muitos companheiros para seguir esta luta, na Justiça, durante muito tempo!

Mas, senhor presidente, eu peço a palavra, pela ordem, para dizer à Casa, para lembrar à Casa que hoje, às 16h30min, a CPI que investiga a Sanepar, vai realizar uma reunião para debatermos assuntos da investigação da Sanepar. Mas sobretudo hoje estão convocados aqui a empresa Andrade Gutierrez e a Cesbe. Ambas, conforme contrato celebrado com a Sanepar, gastaram 15 milhões de dólares para fazer a limpeza da barragem do Iraí. Nós queremos saber para onde foi o entulho, árvores, para onde foi o lixo hospitalar, para onde foi o material da limpeza. Queremos saber quem foi o engenheiro que atestou

as obras e vamos chegar muito próximo de um grande escândalo. Por isso é de fundamental importância que todos os deputados participem da reunião de hoje, às 16h30min.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero aproveitar, em nome da Mesa Executiva, cumprimentar o deputado Neivo Beraldin, pelo excelente trabalho que está fazendo nessa Comissão.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 05 (cinco) de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/99, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que institui o Bônus Verde - Paraná Mais Limpo e dá outras providências, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CEMA. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 031/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Neivo Beraldin, visa instituir o Bônus Verde - Paraná Mais Limpo e dá outras providências, conforme específica.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à Emenda de Plenário apresentada, foi procedida a análise da mesma em face de sua legalidade e constitucionalidade concluindo-se que, sob este aspecto, não encontra qualquer óbice. Portanto, deverá ser objeto de análise de mérito em Plenário.

Assim, somos de parecer favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, José Maria Ferreira, Ademar Traiano, Carlos Simões, Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Serafina Carrilho, Antonio Carlos Belinati, Luciana Rafagnin, Moysés Leônidas.

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, solicito a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere a solicitação do senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Basílio Zanusso**)

(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2902, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apresento o Requerimento nº 2924 à Mesa, nos seguintes termos (**Lê**):

“Segundo o parecer exarado pelo Procurador Geral da Assembléia Legislativa, Dr. Ayrton Costa Loyola, o Projeto de Decreto Legislativo que convoca consulta plebiscitária acerca da privatização da Copel apresenta vício insanável, posto que na sua opinião deveria ter sido convocado referendo.

O parecer apresenta grave equívoco, em função do disposto na Lei nº 9.709/98.

Segundo a lei federal, plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo sobre matéria de acentuada relevância de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

Art. 2º - Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

Assim, depreende-se que a própria lei distingue que matérias de natureza legislativa e administrativa não possuem a mesma natureza jurídica, possuindo objetos distintos.

A Lei nº 9.709/98 estabelece que o plebiscito deve ser convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo.

§ 1º - O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

O ato administrativo a que se refere o projeto de Decreto Legislativo, qual seja: o leilão do controle acionário da Copel por parte do Governo do Estado do Paraná, ainda não aconteceu, pelo que respeitado o requisito da anterioridade previsto na Lei nº 9.709/98.

Destaca-se que o leilão é modalidade de licitação previsto no artigo 22, inciso V, da Lei nº 8.666/93, sendo ato administrativo por excelência.

O Decreto Legislativo convoca plebiscito para que o eleitorado paranaense decida se o Estado do Paraná pode ou não vender suas ações além do limite que implique em perda do controle acionário da companhia, ou seja, o eleitorado vai decidir se pode ou não ocorrer o leilão da Copel.

Todavia, o parecer aduz que deveria ser convocado referendo a respeito do contido na Lei nº 12.355/98 que autorizou a venda de ações da Copel.

Nestes termos depreende-se, que o parecer leva em conta apenas a existência do ato legislativo, desconsiderando totalmente que o plebiscito também pode ser convocado antes do ato administrativo, que no caso em epígrafe, ainda não ocorreu.

Há que se destacar que o referendo à Lei nº 12.355/98, não possui condições de ser realizado, tendo em vista que a Lei nº 9.709/98 estabelece em seu artigo 11, um prazo para sua convocação, qual seja: trinta dias a contar da promulgação da lei.

Art. 11 - O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

Por fim, há que se destacar que o arquivamento do Projeto de Decreto Legislativo em função da existência do Projeto de Resolução nº 06/2000, já arquivado não merece prosperar.

O artigo 127 do Regimento Interno desta Casa assim dispõe:

“Art. 127 - As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por preju-

dicada somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador”.

Destaca-se que o Projeto de Resolução nº 06/2000 sequer foi objeto de parecer pelas Comissões desta Casa, não tendo sido apreciado pelo Plenário, não se enquadrando no contido no artigo 127, do Regimento Interno.

Com efeito, denota-se o total equívoco do parecer apresentado pelo douto Procurador Geral.

Assim espero o acatamento desta douta Presidência para o normal trâmite do projeto de Decreto Legislativo propondo o plebiscito para a venda da Copel.

Sala das Sessões, em 12.09.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encaminhe-se ao Exmo. Sr. Procurador Geral da Assembléia Legislativa do Paraná, para conhecimento.

Requerimento nº 2925, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente.

Defiro, conforme o requerido.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

É este o requerimento que encaminho à Mesa e para o qual espero deferimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está deferido.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 031/99; 204/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 246, 279, 300, 301, 302, 308, 313 e 322/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 201, 210, 277, 303, 314, 330, 333 e 341/2001.

Levanta-se a Sessão.